



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

## "DIDÁTICA ANTIRRACISTA": IDENTIFICANDO METODOLOGIAS E SISTEMATIZANDO UM PROTOCOLO DE ENSINO

Alessandra Pio – DTPE/PERERÊ/UFRRJ

### RESUMO

Esta proposta de pesquisa teve por objetivo identificar metodologias utilizadas no ensino de Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) e, subsequentemente, sistematizar um protocolo de ensino capaz de garantir princípios metodológicos básicos alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER). Tal investigação, focada na formação de professoras/es, se impõe como necessária e urgente, após nos questionarmos, verificando registros comparativos de acompanhamento de alunos no início e ao final de cursos ministrados em nível de especialização e licenciaturas, que há lacunas comuns e persistentes no discurso dos egressos desses cursos. Identificar qual/quais processo/s nos livrariam desse comportamento (praticamente padrão na maioria dos egressos) constitui a questão norteadora deste trabalho e, nossa proposta de solução é a elaboração de um protocolo de ensino a ser amplamente divulgado, possibilitando uma frente de trabalho mais ampla e sólida de ensino antirracista. Partimos da hipótese de que temos muita produção de saberes sobre Relações Étnico-raciais e que ela envolve muitos campos de conhecimento (Ciências Sociais, História, Psicologia Social e até a própria Pedagogia), mas faltam aos estudos e propostas de ERER um viés metodológico pedagógico de ensino. A pesquisa concentra-se essencialmente nos cursos de licenciaturas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e tem a possibilidade de ampliar seu escopo de investigação às especializações, mestrado e doutorado com enfoque em Ensino de ERER.

**Palavras-chave:** Didáticas antirracistas, Formação docente, Lei 10639/2003

### INTRODUÇÃO

São muitos os trabalhos sobre Educação das Relações Raciais, e com recortes bem distintos. A professora Wilma Baía Coelho (2018, 2021, 2022), por exemplo, é um destaque proporcionando pesquisas minuciosas sobre o estado da arte das produções em ERER, o quantitativo de pesquisas da área subdividida por assuntos determinados, a formação docente e outras questões essenciais à consolidação deste campo de estudos. Já o professor Luiz Fernandes Oliveira (2015, 2022) trás à tona embates sobre poder e conhecimento desde a Educação Básica até a formação de professores, na luta pelo currículo hegemônico, ou contra ele. Seus textos desmontam a narrativa da desqualificação, ou da falta de material didático, para justificar a dificuldade da implementação das DCNERER nos currículos; fala em racismo epistêmico como uma das motivações à resistência contra aos saberes preconizados pelas DCNERER (OLIVEIRA, 2010).



Esses exemplos são utilizados para evidenciar o quão profícuo e difuso é este campo,

pois apenas dois pesquisadores do campo das Relações Raciais já distinguem seus estudos de forma muito distinta. Cada abordagem tem inúmeras possibilidades, entretanto, após tantas produções, vinte anos após a promulgação da lei que obrigou que os currículos inserissem conteúdo antirracista, ainda observamos a maioria das redes municipais, estaduais e federais de ensino realizando eventos em novembro para silenciar o restante do ano letivo. Essa deficiência no atendimento é considerada neste trabalho como racismo institucional escolar, concordando com a definição encontrada pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, que diz que o racismo institucional é capaz de produzir: “A falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. (CARMICHAEL, HAMILTON, 1967. Apud: WERNECK, 2013). Jurema Werneck vai além, complementando o sentido do conceito, afirmando que “mais do que uma insuficiência ou inadequação, o racismo institucional é um mecanismo performativo ou produtivo, capaz de gerar e legitimar condutas excludentes” , e cita Salles Junior (2011) que, retomando o conceito aferido pelos Panteras Negras, discorda sobre a dita “falha” coletiva. Para este autor:

o “fracasso institucional” é apenas aparente, resultante da contradição performativa entre o discurso formal e oficial das instituições e suas práticas cotidianas, sobretudo, mas não apenas informais. Esta contradição é (...) fundamental para entender os processos de reprodução do racismo, em suas três dimensões (preconceito, discriminação e desigualdade étnico-raciais), no contexto do mito da democracia racial. (SALES JR, 2011; Apud: WERNECK, 2013).

Reconhecemos, nos discursos institucionais sobre as tentativas de implementação da Lei, ou sobre a deficiência de material didático, formas de manter o mesmo currículo, as mesmas eurocentralidades e, por consequência, a mesma exclusão de saberes que, acima, Luís Fernandes Oliveira aponta como racismo epistêmico.

Percebendo quantas questões cercam o Ensino de ERER e investigando os cursos de formação permanente da área é possível encontrar extensa lista de ícones dos estudos em Relações Raciais no país: Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva dentre outros. Também são constantes as referências à Lelia González, Beatriz Nascimento, bell hooks, Angela Davis e, recentemente, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus e mulheres e homens negras e negros que transformaram o cenário intelectual brasileiro. Nada de ruim nessa retomada, pelo contrário. Apenas a questão que os estudantes sempre trazem: como eu levo isso tudo para a sala de aula?



Compreendemos que a estrutura escolar é pautada em conteúdos e, de fato, existe a culminância de toda essa cobrança em avaliações institucionais como a Prova Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). É comum o questionamento dos educadores mais resistentes sobre “colocar ainda mais conteúdo em um currículo tão extenso”, referindo-se a obrigatoriedade da Lei nº 10.639/2003.

Formar estudantes antirracistas, anti-homofóbicos, anti-machistas etc. constitui-se, por fim, uma tarefa secundária, abordada quando algo de ruim ocorre na instituição gerando cobrança social ou quando alguma data é celebrada. Também é frequente a sinalização de estudantes trabalhadores de escolas que acabam sendo a referência de determinado assunto, por se declararem indígenas, negros, transsexuais. Assim, as equipes pedagógicas deixam ao encargo de “fulano” o que é dever da escola, da faculdade, do colégio. Nos posicionamos, então, relacionando a Educação para as Relações Étnico-raciais à Educação Antirracista pois, consideramos indissociáveis os objetivos de consolidar a Lei nº 10.639/2003 nos currículos e derrubar as resistências impostas pelo racismo institucional.

Como professora da Educação Básica por quase duas décadas, desempenhando o papel de Coordenadora Pedagógica, Orientadora Educacional, Coordenadora de Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e, agora, docente do Ensino Superior, é inevitável a proposição de uma pesquisa-ação. A proponente desta investigação é a professora da disciplina “Educação e Relações Étnico-raciais na Escola”, em todas as licenciaturas e, portanto, acredita que o ato de pesquisar e lecionar impulsiona os discentes à mesma iniciativa. A isto equivale dizer que formando docentes pela pesquisa, formamos pesquisadores ativos.

“Na abordagem de pesquisa-ação, o docente desempenha um papel de pesquisador sobre: o conteúdo do ensino; o grupo; a didática; a comunicação; a melhoria da aprendizagem dos estudantes; os valores da educação; e o ambiente em que esta ocorre. (...) A adoção da metodologia só acentua a importância a ser atribuída à função de pesquisa no processo de formação docente, já que essa perspectiva requer que os próprios professores se tornem, em parte, pesquisadores.” (Thiollent; Colette, 2014, p.213-214)

Compreendendo este projeto como parte da atuação de docente da formação de professores, adotamos a metodologia e nos percebemos muito próximos da estrutura abaixo:

[...] (1) estudos teóricos e metodológicos, revisão de bibliografia; (2) oficinas com participação de professores em formação; (3) interpretação e avaliação dos resultados obtidos em (2) à luz de (1), gerando ensinamentos que serão testados em sala de aula.” (Thiollent; Colette, 2014, p.214)



XXII ENCONTRO NACIONAL DE ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

As atividades de ensino, pesquisa e extensão formam uma unidade que, vivenciada pelos estudantes em seu cotidiano, deixa de ser algo teórico e distante. Assim, o grupo PERERÊ é o lócus de leituras compartilhadas, junto às turmas; e suas reflexões são levadas à comunidade universitária e ao entorno – já que as escolas de Seropédica (área metropolitana e periférica do Rio de Janeiro onde se insere a universidade de realização deste projeto) demandam ações antirracistas, como nos relatam as bolsistas do PIBID-Pedagogia. Partilhar outras propostas de formação faz também com que o senso crítico dos estudantes se questione do seu próprio aprendizado, e de como esse aprendizado se torna ensino através da pesquisa que desenvolvem. Concomitantemente com a análise que está sendo realizada, o PERERÊ seguirá realizando grupos de estudos.

Esperamos que esta proposta resulte em metodologia eficaz de Ensino de ERER, ultrapassando os debates teóricos que, apesar de necessários, não formam para o ensino antirracista. O protocolo proposto, atividade final, será amplamente divulgada por publicação digital, cursos de extensão e artigos sobre as experiências e propostas de formação. Essa é uma produção técnica, de impacto nacional, a partir do momento em que aprimorarmos e lançarmos como a proposta de um protocolo básico (currículo mínimo) de Ensino de ERER para cada segmento da Educação Básica.

O decorrer do projeto irá possibilitar à comunidade universitária e do entorno, bem como dos eventos (congressos, seminários etc.) que participarmos a contribuição de pessoas da área, trocas na construção da proposta e a formação de nossos voluntários e bolsistas na atuação da pesquisa-ação, cotidiana dentro e fora da sala de aula.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARMICHAEL, S; HAMILTON, C. Black power: the politics of liberation in America. New York, Vintage, 1967, p. 4. In: WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional, uma abordagem conceitual**, Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2013.

COELHO, M. C.; COELHO, W. DE N. B. Educação para as Relações Étnico-Raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores! **Educar em Revista**, v. 37, p. e77098, 2021b.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía et al. ERER e educação básica: perfil de quem produziu artigos entre 2015-2020. **Conhecimento & Diversidade**, [S.l.], v. 14, n. 33, p. 39-55, set. 2022. ISSN 2237-8049.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; REGIS, Kátia Evangelista; SILVA, Carlos Aldemir Farias da. Lugar da educação das relações étnico-raciais nos projetos político-pedagógicos de duas escolas paraenses. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 11, e020129, 2021.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Formação de professores e relações étnico-raciais (2003-2014): produção em teses, dissertações e artigos. **Educ. Rev.**, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 97-122, maio 2018.

MARIE THIOLENT, Michel Jean; COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, vol. 36, núm. 2, julho-diciembre, 2014, pp. 207-216

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, abr. 2010.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Concepções docentes sobre as relações étnico-raciais em educação e a Lei 10.639/03. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista: v.11, nº18, p. 43-64, 2015.

PEREIRA, Amauri Mendes; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CONCEIÇÃO, Rosemari Maria da. “Brasil chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês!!!” Educação e relações étnico-raciais na universidade. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 14, n. 41, p. 384–314, 2022.

SALES JR, Ronaldo. Racismo Institucional. Trabalho preliminar apresentado ao Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras, FIG, 2011. In: WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional, uma abordagem conceitual**, Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2013.